

Profissional de apoio escolar na política de educação especial: linhas de uma revisão sistemática

School support professional in special education policy: lines of a systematic review

Ideilton Alves Freire Leal¹
Instituto Federal da Bahia – IFBA
Jacobina, BA, 44700-000, Brasil

Susana Couto Pimentel²
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB
Feira de Santana, BA, 44042-280, Brasil

Aline Pereira da Silva Matos³
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB
Feira de Santana, BA, 44042-280, Brasil

Resumo: Este artigo objetiva analisar o perfil e atribuições dos profissionais de apoio escolar (PAE) como parte das políticas de inclusão no Brasil, a partir do levantamento de produções acadêmicas, em nível de mestrado e doutorado, existentes no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Trata-se de uma revisão sistemática da literatura que apresenta um mapeamento de produções acadêmicas que abordam a formação, atuação e atribuições dos profissionais de apoio escolar. Para este intento foi utilizado como base de dados o

¹ Mestre em Educação Científica, Inclusão e Diversidade (UFRB), Especialista em Atendimento Educacional Especializado (UFERSA). Docente efetivo da área de Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), Campus Jacobina. Membro do grupo de pesquisa em Educação, Diversidade e Inclusão (GEEDI/UFRB) e do grupo de pesquisa Diversidade, Discursos, Formação na Educação Básica e Superior (DIFEBA/UNEB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7518-5375>. E-mail: ideiltonleal@ifba.edu.br.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Associada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Educação, Diversidade e Inclusão (GEEDI/UFRB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6047-3198>. E-mail: scpimentel@ufrb.edu.br.

³ Doutora em Ciências da Educação (UMINHO). Mestre em Educação (UFBA). Especialista em Educação Especial (UEFS). Pedagoga (UEFS). Técnica em Assuntos Educacionais da UFRB, atuando no Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade. Membro do Conselho dos Direitos das Pessoas com Deficiência da UFRB de 2012 a 2015. Na PROGRAD foi Chefe do Núcleo de Políticas de Inclusão de 2011 a 2015. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5126-5442>. E-mail: alinesilva@ufrb.edu.br.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Aponta-se como principais resultados, a identificação de como os sistemas de ensino têm se organizado para a oferta do serviço de apoio escolar na sala de aula comum, mediante um contexto de ambiguidades conceituais presente na legislação brasileira que reverbera na execução dessa política e, conseqüentemente, no perfil, atribuições e desafios do profissional de apoio escolar, assim como na necessidade de outros profissionais para compor a rede de apoio para a inclusão escolar.

Palavras-chave: profissional de apoio escolar; perfil; atribuições; desafios.

Abstract: This article aims to analyze the profile and responsibilities of School Support Professionals (PAE) as part of inclusion policies in Brazil, based on a survey of academic works at the master's and doctoral levels available in the CAPES Theses and Dissertations Catalog. It is a systematic literature review that presents a mapping of academic productions addressing the training, performance, and responsibilities of school support professionals. For this purpose, the CAPES Theses and Dissertations Catalog was used as the database. The main results point to the identification of how education systems have organized to offer school support services in regular classrooms, amidst a context of conceptual ambiguities present in Brazilian legislation that impact the implementation of this policy and, consequently, the profile, responsibilities, and challenges of the school support professional, as well as the need for other professionals to form a support network for school inclusion.

Keywords: school support professional; profile; responsibilities; challenges.

1. Introdução

As pesquisas sobre o profissional de apoio escolar (PAE) no Brasil ganhou uma dimensão de destaque a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, a qual expressa a necessidade de um profissional para auxiliar os estudantes público da educação especial em atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras atividades do cotidiano escolar. Entretanto, pesquisar sobre esse profissional tem se tornado uma tarefa desafiadora, por diversas razões, entre elas estão: as ambiguidades conceituais, políticas e práticas que circundam sobre a temática, bem como as terminologias utilizadas nas diferentes regiões do Brasil para designar a atuação profissional.

Por ser um profissional acerca do qual a legislação brasileira aponta pouca referência sobre a atuação, formação e atribuições, bem como apresenta organização distinta em diferentes regiões do Brasil, é possível constatar, a partir dos estudos de Mousinho et al (2010), Gomes (2014), Lopes (2018), Rodrigues (2018), a diminuta produção científica sobre o tema.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) Atribuição 4.0 Internacional.

Diante disso, este trabalho objetiva analisar o perfil e atribuições dos Profissionais de apoio escolar (PAE) como parte das políticas de inclusão no Brasil, a partir do mapeamento de produções acadêmicas, em nível de mestrado e doutorado, existentes no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Como parte das etapas de construção de dados, foi realizada uma revisão da literatura sobre a temática, uma vez que segundo Medina e Pailaquilén (2010, p. 7), “os pesquisadores precisam da Revisão Sistemática (RS) para resumir os dados existentes, refinar hipóteses, estimar tamanhos de amostra e ajudar a definir agendas de trabalho futuro”. Nesse sentido, a revisão sistemática da literatura constitui-se como um importante instrumento para evidenciar pistas ao pesquisador, proporcionando identificar lacunas importantes no campo de investigação, construção de categorias investigativas e (re)formulação dos objetivos da pesquisa.

Portanto, iniciamos o processo de revisão da literatura tendo como referência a seguinte questão norteadora: Quais os principais achados das pesquisas sobre o profissional de apoio escolar, no que diz respeito à formação, atuação e atribuições? Para responder tal questão, realizamos buscas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a partir dos seguintes descritores: Profissional de apoio, Mediador Escolar. A opção pelos descritores dá-se pelo fato de serem nomenclaturas utilizadas com mais frequência na legislação nacional. Pretendeu-se com esse levantamento, apresentar as convergências e divergências no que diz respeito à atuação, formação e atribuições que são conferidas ao PAE nas diferentes regiões do Brasil.

2. Caminhos metodológicos da pesquisa

Para atender ao objetivo proposto, adotamos como critérios de inclusão das produções o recorte temporal de 2008 a 2020, e as produções advindas das áreas de conhecimento (Educação, Ensino, Educação Especial), sendo que os trabalhos necessariamente precisavam estar relacionados com a temática da inclusão escolar na perspectiva da educação especial.

A escolha pelo período da delimitação temporal justifica-se pelo fato de que o ano de 2008 se constituiu como um importante marco normativo-jurídico na previsão da atuação do que entendemos atualmente como profissional de apoio escolar, se comparado às legislações anteriores que tratam sobre a inclusão escolar no Brasil. Delimitamos as áreas de educação, ensino e educação



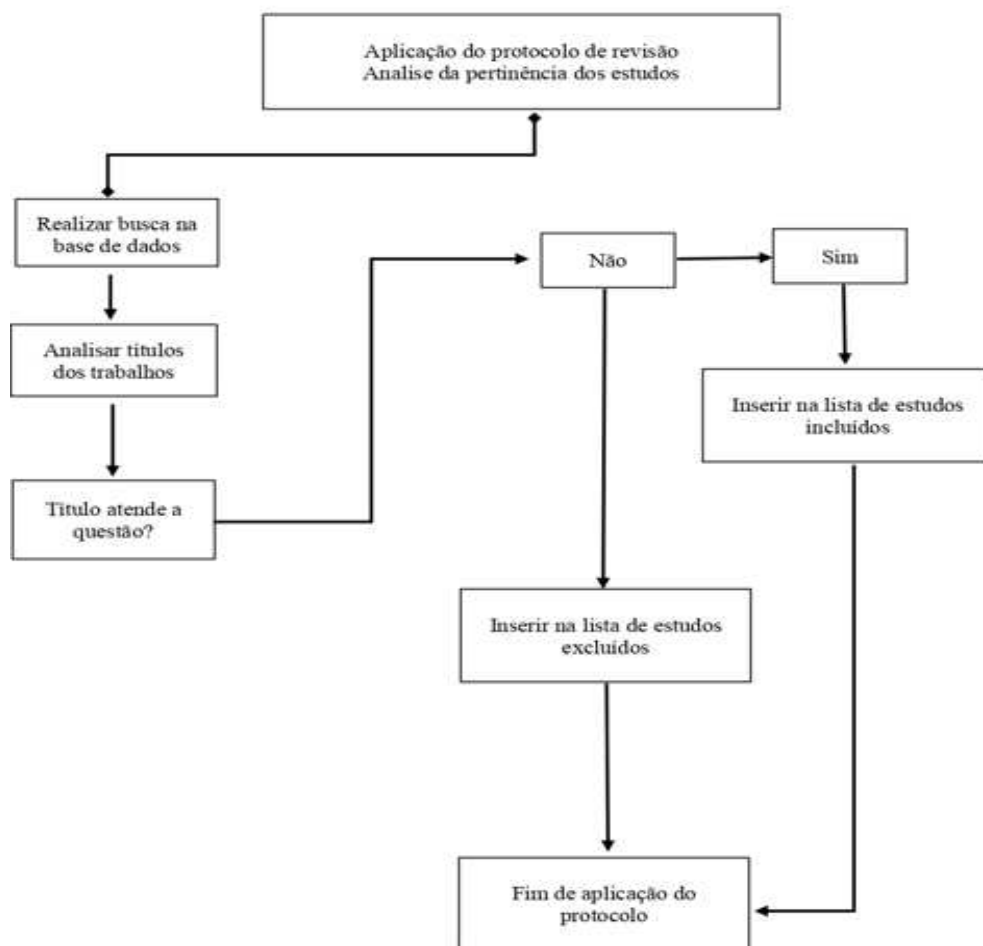
Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

especial, por compreender que os trabalhos dessas áreas contemplam a questão norteadora traçada no estudo.

Como critério de exclusão, descartamos, após análise dos títulos, as teses e dissertações que não atenderam a questão norteadora do estudo; trabalhos que não pudessem ser acessados pela Plataforma Sucupira e no repositório da Universidade a qual a pesquisa estivesse vinculada.

Nesse sentido, após a definição da questão que norteou o estudo e os descritores já anunciados neste trabalho, bem como a definição da base de dados em que se realizou o levantamento de dados e os critérios de inclusão e exclusão, partimos para a fase de levantamento dos trabalhos, seguindo o protocolo esboçado na Figura 1.

FIGURA 1: Aplicação do protocolo de revisão



Fonte: Adaptado de Schiavon (2015).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Na primeira busca na base de dados com o descritor “profissional de apoio” encontramos 17 trabalhos, porém ao inserir o descritor no plural o número foi ampliado para 35, sendo que após a aplicação dos critérios de exclusão pré-definidos, apenas 27 trabalhos foram selecionados para análise dos títulos, sendo que desse quantitativo, um se caracteriza como mestrado profissional, 23 mestrados acadêmicos e três teses de doutorado. Após análise dos títulos e resumos, descartamos os trabalhos que não atendiam os requisitos definidos anteriormente, restando apenas 7 trabalhos selecionados para leitura completa, sendo que 1 não foi possível identificar por ser anterior a Plataforma Sucupira, restando assim, apenas 6 trabalhos para análise.

Com o descritor “mediador escolar” utilizamos a mesma estratégia, pesquisando o descritor no singular e no plural, sendo encontrados 43 trabalhos. Após a aplicação dos critérios de exclusão esse número reduziu para 26 trabalhos, sendo 21 oriundos de mestrados acadêmicos, dois de mestrados profissionais e três de doutorado. Após a leitura dos títulos e resumos, apenas 3 foram considerados para análise completa.

É importante destacar que a maioria dos trabalhos relacionados com o descritor “mediador escolar” estava relacionada a uma função específica que emergiu na rede de educação do Estado de São Paulo, que é a função de “Professor Mediador Escolar e Comunitário”, vinculado à política de educação e proteção social, e que não é foco deste estudo. A Tabela 1 apresenta a quantidade de trabalhos encontrados por descritores de busca a partir dos critérios de inclusão e exclusão.

TABELA 1: Quantidade de trabalho encontrados por descritores de busca, a partir dos critérios de inclusão e exclusão

DESCRITOR	CATEGORIA	QUANTIDADES DE TRABALHOS
“Profissionais de apoio” OR “Profissional de apoio”	Mestrado profissional	1
	Mestrado acadêmico	23
	Doutorado	3
“Mediador escolar” OR “Mediadores Escolares”	Mestrado profissional	2
	Mestrado acadêmico	21
	Doutorado	3

Fonte: Elaborada pelos autores.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

A partir da sistematização do quantitativo de trabalhos encontrados relacionados aos dois descritores de busca, no período de doze anos, foi possível perceber que há uma escassez de pesquisas no Brasil, em nível de mestrado e doutorado sobre essa temática, conforme já sinalizado em estudo anterior (Mousinho et al, 2010). Cabe ressaltar que apenas três trabalhos foram encontrados dentro da categoria “mestrado profissional”, sendo que, após a leitura dos títulos, nenhum se enquadrava nos critérios de inclusão para análise, o que evidencia a importância de realização de pesquisas dentro dessa modalidade de programas de pós-graduação.

Após a leitura cuidadosa dos títulos e resumos dos trabalhos, atentando para os critérios de inclusão e exclusão já anunciados anteriormente, foi possível selecionar 10 trabalhos para leitura completa, conforme a tabela a seguir:

TABELA 2: Trabalhos selecionados para análise após a aplicação do protocolo

Nº	CATEGORIA	AUTOR	TÍTULO	IES	ANO
1	Mestrado acadêmico	Felicia Maria Pereira dos Santos	Mediadores escolares em formação no contexto inclusivo: da busca por conhecimento à constituição de saberes	UFMG	2020
2	Mestrado acadêmico	Carolina Carvão Ribeiro	Mediação escolar e a regulamentação da profissão no Brasil	Universidade Santa Úrsula	2020
3	Mestrado acadêmico	Luciane Clementino Pereira Aguillar	Formação do profissional de apoio educacional para o atendimento de crianças com autismo no ensino regular	UFGD	2019
4	Mestrado acadêmico	Tatiane Salles Da Silva	Estudo sobre a formação dos profissionais de apoio escolar na educação infantil no município de Santa Luzia	PUC-Minas	2019
5	Mestrado acadêmico	Amanda Burchert	O profissional de apoio no processo de inclusão de alunos público-alvo da educação especial no ensino público fundamental	Universidade La Salle	2018
6	Mestrado acadêmico	Mariana Moraes Lopes	Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar	UFSCar	2018



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) Atribuição 4.0 Internacional.

7	Mestrado acadêmico	Vania Fernanda Gulart Portalette	Profissional de apoio: práticas colaborativas com ênfase inclusiva no espaço escolar	UFSM	2017
8	Mestrado acadêmico	Carla Fernanda oliveira de Siqueira	Mediação Escolar: a visão dos mediadores escolares sobre o seu papel na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais	UFRJ	2017
9	Mestrado acadêmico	Manoela da Fonseca	Das políticas públicas de inclusão escolar à atuação do profissional de apoio/monitor	UFSM	2016
10	Mestrado acadêmico	Agda Malheiro Ferraz de Carvalho	Atuação profissional do agente de inclusão escolar: um estudo sobre os sentidos e significados constituídos por um deles	PUC-SP	2016

Fonte: Elaborada pelos autores.

Após seleção dos trabalhos para uma leitura mais detalhada, realizamos a análise dos trabalhos considerando três categorias analíticas: perfil acadêmico dos profissionais de apoio escolar; atribuições do profissional de apoio escolar no processo de inclusão; desafios no exercício do apoio escolar. A sistematização dos dados encontrados nessas três categorias teve por finalidade, identificar, dentro das diversas regiões do Brasil, como os sistemas de ensino têm se organizado para a oferta do serviço de apoio escolar na sala de aula comum.

3. Perfil acadêmico dos profissionais de apoio escolar

O perfil acadêmico dos profissionais de apoio escolar é uma questão complexa que vem tensionando debates na literatura científica sobre as redes de apoio para inclusão escolar, uma vez que não há um entendimento jurídico-normativo consistente para respaldar o perfil acadêmico e de atuação para esse profissional. Assim sendo, é possível identificar entendimentos distintos nos diferentes Estados brasileiros no que diz respeito a essa questão, conforme o quadro a seguir.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) Atribuição 4.0 Internacional.

QUADRO 1: Perfil acadêmico dos PAE abordados em teses e dissertações produzidas no Brasil no período de 2008 a 2020, por estados brasileiros

Nº	ESTADO	PERFIL ACADÊMICO
1	MG	Estudantes de Graduação
2	RJ	Estudantes de graduação; Psicólogos + curso de Mediação escolar
3	MS	Ensino Médio completo
4	MG	Pedagogos; Estudantes de graduação; Enfermeira
5	RS	Pedagogos; Estudantes de graduação; Serviço social, Psicologia, Ensino Médio modalidade normal (magistério)
6	BA e SP	Ensino médio completo ou incompleto, estudantes (pedagogia, fonoaudiologia, psicologia), Pedagogo, Psicólogo/a.
7	RS	Ensino médio completo (maioria); Pedagogo, graduação em Educação física; graduação em educação especial.
8	RJ	Ensino médio, Estudantes de graduação; Graduados.
9	RS	Ensino Médio Modalidade Normal (Magistério) Licenciatura em educação especial; licenciatura em pedagogia;
10	SP	Ensino médio completo

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Quadro 1 evidencia que a exigência mínima para o exercício da função de PAE em alguns Estados brasileiros é o Ensino Médio completo. No entanto, percebemos que há uma predominância de contratação de professores com formação em nível médio (magistério) e de estudantes de graduação, mais especificamente das licenciaturas, como também, de estudantes de psicologia e/ou até mesmo psicólogos, fonoaudiólogos e assistentes sociais.

Mousinho et al (2010) ao analisar as experiências da mediação escolar em países como Estados Unidos, Grã-Bretanha e no Brasil, identifica características comuns no que diz respeito à formação desses profissionais, estando relacionada, sobretudo, com a área de Educação e Saúde.

[...] os mediadores escolares podem ser professores, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicólogos, pedagogos, psicopedagogos, fisioterapeutas, sempre acompanhados pela equipe terapêutica da criança ou adolescente e pela equipe escolar. A escolha do mediador está na relação entre sua formação acadêmica e a maior demanda da criança (comunicação, comportamento ou motora, por exemplo) (Mousinho et al, 2010, p. 94).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Conforme assinalado no estudo de Mousinho et al (2010) e no resultado do levantamento expresso no Quadro 1, há uma ampla diversificação de perfis acadêmicos definido por cada município, os quais, na inexistência de respaldo legal em nível nacional, se organizam para atender as demandas da inclusão escolar.

Na pesquisa realizada por Martins (2011), que buscou investigar a atuação do profissional de apoio na rede de ensino da grande Florianópolis, Santa Catarina, identificou-se a existência de três perfis de atuação que estão intrinsecamente relacionados a formação desse profissional, sendo o aparecimento de: a) características de atuação pedagógica; b) características de atuação no cuidado; c) características mistas (cuidado e pedagógicas). Sobre essa questão, Lopes (2018) afirma que,

Apesar de não estar evidente nos documentos legais, acredita-se que a formação mínima exigida deve ter o critério de ser relacionado à função exercida, no caso dos municípios em que os PAIE desempenham funções relacionadas aos cuidados dos alunos e acompanhamento da execução das atividades que os mesmos são dependentes, não há necessidade de uma formação acadêmica para realizar essa função, embora, seja necessário no mínimo o ensino médio completo para que os profissionais tenham um nível de conhecimento básico e experiências escolares e formação complementar, juntamente com uma supervisão e acompanhamento durante a atuação. No caso do profissional que deve dar suporte ao professor de “responsabilidade de planejamento e ensino” ou ter alguma participação relacionada a essa função, deve-se exigir uma formação acadêmica na área, nesse caso, não seria o PAIE em questão [...] (Lopes, 2018, p. 84).

Nesse sentido, observamos que, apesar de não haver uniformidade sobre a formação acadêmica exigida para a atuação do profissional de apoio escolar, a literatura científica e os dispositivos legais até então, preconizam a formação em nível médio para atuação na educação básica, com vistas ao exercício da função em atividades de locomoção, higiene, alimentação e em outras atividades que não seja de responsabilidade de planejamento e ensino, conforme já apontado por Lopes (2018). Quando a atuação do profissional de apoio escolar contemplar atividades de planejamento e ensino dos estudantes público-alvo da educação especial, entende-se que a formação adequada seja em nível superior, sobretudo de cursos de formação de professores, uma vez que se desdobra para o exercício de uma função especializada na área de educação.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Glat & Pletsch (2011), ao abordar sobre a atuação conjunta de dois profissionais com formação em nível superior em sala de aula comum, denomina essa atuação como “bidocência”, que consiste no

[...] trabalho colaborativo entre o professor regente da turma e um professor de apoio da educação especial [...] trabalham juntos na classe comum, dividindo a responsabilidade de planejar, avaliar e organizar as práticas pedagógicas para atender às demandas colocadas pela inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (Glat; Pletsch, 2011, p. 24).

Assim, a necessidade do segundo profissional na sala de aula comum surge a partir da demanda do público-alvo da educação especial. Esse suporte denominado de bidocência, não se restringe apenas ao aluno com deficiência atendido na sala de aula comum, mas a toda turma, numa perspectiva de:

Colaborar na identificação de necessidades de formação dos professores da escola, com vista ao desenvolvimento efetivo da diferenciação pedagógica; apoiar os docentes na concepção e implementação de estratégias que facilitem a gestão de grupos heterogêneos e, especificamente, na planificação do trabalho a realizar com turma, tendo em conta os alunos com necessidades educativas especiais; colaborar com os docentes da turma na construção e avaliação de programas individualizados (Carvalho, 2009, p. 53).

No Estado de Minas Gerais, o profissional que exerce tais atribuições é denominado “professor de apoio” e segundo Silva (2019) possui os mesmos requisitos de um profissional para atuar no Atendimento Educacional Especializado (AEE), sendo que a diferença é que o professor do AEE atua na Sala de Recursos Multifuncional (SRM) e o Professor de Apoio da sala de aula comum juntamente com o professor regente, sendo que esse mesmo profissional pode exercer também sua função de forma itinerante em várias salas de aulas.

Portanto, a rede de apoio da modalidade da educação especial na contemporaneidade tem se ampliado constantemente com o surgimento de diversos profissionais, tais como: o Professor de Apoio (com função de planejamento e suporte especializado) e o profissional de apoio escolar (com função direcionada ao suporte no que diz respeito à higiene, alimentação e locomoção), além de outros profissionais. É importante destacar a importância da existência dos dois profissionais no âmbito do sistema educacional brasileiro que, como já assinalado, assumem papéis diferentes nos



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) Atribuição 4.0 Internacional.

diversos contextos educacionais, contribuindo de forma significativa na operacionalização da política de inclusão educacional.

O que se observa na sistematização dos dados das pesquisas analisadas, realizadas em diferentes regiões do Brasil, é que há um predomínio de atuação de profissionais com formação especializada, sobretudo da área de educação, e também profissionais de formação em nível médio, para realização de atribuições de profissionais de apoio escolar, que, como apresentado na seção seguinte, se configura como uma estratégia de precarização do trabalho do PAE e barateamento da força de trabalho.

4. Atribuições do profissional de apoio escolar no processo de inclusão

As atribuições dos profissionais de apoio escolar se apresentam de forma distinta nos Estados brasileiros. Essa configuração é apontada por autores como Lopes (2018), Alecrim (2020), Gomes (2014), pela ausência de uma normativa que possa subsidiar a atuação do PAE, além da falta de estabelecimento de critérios de formação para o exercício profissional.

A crescente demanda e necessidade dos profissionais de apoio escolar nas unidades de ensino, associada à ausência de um amparo legal nacional, fez com que os Estados e municípios brasileiros estabelecessem suas próprias normativas e critérios de atuação e de formação para o exercício da função. Além disso, é possível evidenciar, através dos estudos de Burchert (2018), Lopes (2018), Siqueira (2017), Fonseca (2016), que, em algumas regiões do Brasil, a não regulamentação da profissão tem contribuído para precarização e barateamento da mão de obra para o exercício da função. Conforme Alecrim (2020, p. 56),

A não regulamentação da profissão do cuidador escolar ou profissional de apoio a educação inclusiva na escola, ainda é um dos grandes impasses para a sua efetiva valorização no bojo da educação especial e principalmente enquanto profissional indispensável à efetivação da educação sob a perspectiva inclusiva dentro dos estabelecimentos de ensino no Brasil.

Nessa perspectiva, a partir do quadro a seguir, podemos compreender como se desenham as distintas atribuições do PAE nos diferentes Estados.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

QUADRO 2: Atribuições dos profissionais de apoio, abordados em teses e dissertações produzidas no Brasil no período de 2008 a 2020, por estados brasileiros

Nº	ESTADO	ATRIBUIÇÕES
1	MG	auxiliar nas atividades didáticas; auxiliar nas atividades da vida diária (alimentação, higiene, brincadeiras e convivência) e ainda, se for de seu interesse e de acordo com o estudante que é acompanhado, desenvolver atividades dedicadas ao exercício da docência (Santos, 2020).
2	RJ	auxiliar os alunos com deficiência; desenvolver recursos e materiais adaptados (Ribeiro, 2020).
3	MS	Apoiar às atividades de locomoção, higiene, alimentação; prestar auxílio individualizado aos estudantes que realizam essas atividades com independência. Fornecer apoio conforme as especificidades apresentadas pelo estudante, relacionadas à sua condição de funcionalidade, e não à condição de deficiência (Aguillar, 2019).
4	MG	“O trabalho do PAE se configura, prioritariamente, pela atuação e contribuição ao estudante com deficiência, sempre mediando e sanando suas possíveis dificuldades, desenvolvendo e adaptando atividades, metodologias e conteúdo para melhor atender esse público” (Silva, 2019, p. 81)
5	RS	“[...] O atendimento é direcionado a um ou dois alunos em sala de aula, abarcando atividades de planejamento, adaptação e produção de materiais, ensino, caracterizando uma condução pedagógica no apoio realizado” (Burchert, 2018, p. 1). “Os resultados indicam que os profissionais de apoio atuam pedagogicamente junto aos alunos, pois participam do planejamento, adaptam atividades e os auxiliam nas tarefas de sala de aula” (Burchert, 2018, p. 71)
6	BA e SP	“Dar suporte no uso e após o uso no banheiro; auxiliar na troca de fraldas e/ou, na alimentação; tanto na hora do lanche, no almoço; dar apoio com mamadeira, dependendo do comprometimento do aluno e, quanto à locomoção, eles ajudavam a levar o aluno de um lugar para o outro com segurança e conforto.” (Lopes, 2018, p. 112) “[...] Foi considerada também como função exercida pelos PAIE [...] a função “auxiliar na atividade pedagógica”, na qual eles descreveram como qualquer intervenção nas atividades pedagógicas junto ao aluno” (Lopes, 2018, p. 113)
7	RS	“auxiliar nas atividades da vida diária (alimentação, higiene); apoiar nas atividades com a criança; auxiliar nas atividades propostas pelo professor; apoiar nas questões de ensino e aprendizagem” (Portalette, 2017, p. 91).
8	RJ	auxiliar nas atividades da vida diária (alimentação, higiene); apoiar nas atividades e auxiliar o professor regente. (Siqueira, 2017).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

9	RS	auxiliar as atividades de alimentação, higiene locomoção e atividades pedagógicas. (Fonseca, 2016)
10	SP	“Oferecer suporte a professores e alunos no ensino regular com foco no processo de inclusão; auxiliar na mobilidade do aluno; efetuar troca de fraldas e roupas. Acompanhamento ao banheiro, higiene bucal, banho quando necessário; auxiliar na alimentação; acompanhar as atividades pedagógicas mediante orientação do professor” (Carvalho, 2016, p. 38)

Fonte: Elaborado pelos autores.

A sistematização dos dados evidencia a predominância de atribuições ligadas às categorias de apoio à locomoção, higiene e alimentação, atribuições que identificamos estarem previstas na legislação existente sobre o profissional de apoio escolar. No entanto, é possível identificar outras atribuições que são delegadas ao PAE no contexto escolar, que são atividades de cunho pedagógico (desenvolvimento de recursos e materiais adaptados, adaptação de atividades, avaliação e metodologias de ensino).

Ao relacionarmos o Quadro 1 e o Quadro 2, identificamos que nos estados que estabelecem como atribuição “atividade de cunho pedagógico” não há exigência de formação em nível de graduação na área de educação, ou seja em cursos de licenciaturas, o que seria o desejável, tendo em vista que o professor é o profissional capacitado para o exercício da docência e pelo conjunto de atividades que nela se expressa.

O estudo de Santos (2020), intitulado “Mediadores escolares em formação no contexto inclusivo: da busca por conhecimento à constituição de saberes”, teve como objetivo investigar os saberes produzidos por estudantes da graduação que exercem a função de mediador escolar, na condição de estagiários, inseridos em uma escola da Educação Básica da Rede Federal de Ensino, no Estado de Minas Gerais. Nesse estudo, Santos constatou que as atribuições realizadas por esse profissional perpassam por uma dimensão pedagógica, tanto nas práticas realizadas no cotidiano quanto nas intenções expressas no projeto político pedagógico (PPP) da escola. Nesse sentido, Santos (2020) alerta-nos a pensar sob a dimensão da precarização das atividades realizadas por esse profissional que, na verdade, deveriam ser realizadas por outros profissionais especializados, como, por exemplo, pelo professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Essa estratégia de substituição e utilização de mão de obra barata para garantir a inclusão e acessibilidade dos estudantes da educação básica já é enfatizada também nos estudos de Martins (2011); Lopes (2018) e Silva (2019). Nessa perspectiva, eles fazem uma distinção entre dois profissionais que emergiram como estratégia de apoio e serviço no âmbito da educação especial: (i) o professor de apoio, sendo aquele profissional que tem uma formação específica em educação especial e exerce, em conjunto com o professor de sala de aula comum, a função de planejamento e ensino para o aluno público alvo da educação especial; e (ii) o profissional de apoio escolar, que não necessariamente necessita ter uma formação acadêmica específica, sendo exigido apenas o ensino médio completo, e que é responsável, conforme a legislação, pelas atividades relacionadas a apoio ao higiene, alimentação e locomoção (Lopes, 2018).

A ausência de normativas que diferenciam as atribuições desses dois profissionais tem contribuído para a intensificação da precarização do trabalho dos dois profissionais em questão. Constatamos isso no estudo de Ribeiro (2020), intitulado “Mediação Escolar e a regulamentação da profissão no Brasil”, realizado no município de Rio de Janeiro, no qual se propõe analisar a operacionalização do serviço de mediação escolar em diferentes esferas (Federal, Estadual e Municipal). Os resultados da pesquisa apontam que as atribuições dos mediadores escolares se aproximam da perspectiva de bidocência onde dois professores compartilham as responsabilidades de ensino pelo estudante público-alvo da educação especial, mesmo sendo exercida por profissionais que estão em processo de formação na graduação.

O estudo de Silva (2019), intitulado “Estudo sobre a formação dos profissionais de apoio escolar na educação infantil no município de Santa Luzia”, também traz um alerta sobre a diferenciação das atribuições dos diferentes profissionais que atuam na oferta do serviço de apoio no espaço escolar. É constatado na pesquisa que, embora os profissionais de apoio escolar exerçam a função em atividade de apoio, higiene, locomoção e alimentação, esses profissionais têm exercido outras atribuições e responsabilidades que vão além da função de cuidados pessoais e socialização dos estudantes.

O estudo de Burchert (2018), nessa mesma perspectiva, investigou a estruturação do trabalho dos profissionais de apoio escolar nas escolas que ofertam o ensino fundamental, na rede pública de ensino do Estado do Rio Grande do Sul. Assim como os estudos de Santos (2019) e Silva (2019), Burchert apontou para a existência e predominância de estagiários, em processo de formação inicial



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

(graduação), exercendo as funções de PAE. Esses profissionais são direcionados para o atendimento de duas crianças em sala de aula, realizando adaptação e produção de materiais para realização de atividades em sala. Burchert (2018), enfatiza que o trabalho realizado pelos profissionais de apoio escolar está dentro de uma perspectiva pedagógica, o que caracteriza atribuições que deveriam ser destinadas a um profissional especializado.

Lopes (2018) realizou um estudo em dois Estados brasileiros, Bahia e São Paulo, que teve como objetivo descrever e analisar o perfil e a atuação dos profissionais de apoio escolar em diferentes contextos municipais. No que diz respeito a atuação desse profissional, constata o desvio de função e a sobrecarga de atividade que são atribuídas ao PAE no espaço escolar, além disso, destaca a fragilidade do poder público municipais em atribuir e definir funções para os PAE, gerando nesse sentido, equívocos e conflitos no exercício profissional.

Portalette (2017), no estudo intitulado “profissional de apoio: práticas colaborativas com ênfase inclusiva no espaço escolar”, teve como espaço de investigação a rede Municipal de Santa Maria (RS) e buscou compreender as especificidades de atuação dos profissionais de apoio na rede municipal. O estudo pontuou que a presença dos profissionais de apoio denota um suporte pedagógico para o professor de sala de aula comum, uma vez que faltam outros profissionais na rede de apoio para a realização desse suporte.

[...] Com isso a atuação do profissional de apoio se mostra necessária nas questões de ensino, pois ele pode realizar práticas de ensino com os alunos público-alvo da educação especial, indo de encontro com o que menciona a legislação, mas ao encontro das necessidades que surgem na escola em relação ao ensino dos alunos com deficiência. Desta forma, isto beneficia as crianças que conseguem interagir melhor com o trabalho realizado em sala de aula, embora muitos professores possam ter dificuldades de orientar os profissionais de apoio[...] (Portalette, 2017, p. 122).

Assim sendo, é possível perceber que, mesmo reconhecendo que a atuação do PAE não está de acordo com o exposto na legislação, a rede educacional tem demandado a ampliação da rede de apoio da modalidade da educação especial para atender as necessidades do seu público. Outra questão observada é que quando o poder público não oferece professor de apoio para atuar na perspectiva colaborativa com o professor da sala de aula comum, acontece o desvio de função e a



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

sobrecarga de atividades desenvolvida pelo PAE, conforme já assinalado no estudo de Lopes (2018), implicando decisivamente na operacionalização da inclusão escolar no interior das escolas.

Nessa perspectiva, em outro estudo realizado na rede privada de ensino de Santa Maria - Rio Grande do Sul (RS) intitulado “Das políticas públicas de inclusão escolar à atuação do profissional de apoio/monitor”, Fonseca (2016) destaca que há uma preferência na rede privada de ensino pela contratação de profissionais com formação em nível superior em educação especial para exercer a função de profissional de apoio escolar. Essa estratégia está intrinsecamente relacionada ao processo de precarização do trabalho realizado por esse profissional, uma vez que, para além das atividades previstas na legislação, os profissionais de apoio escolar exercem atividades pedagógicas relacionada ao planejamento e avaliação e ao Atendimento Educacional Especializado dos estudantes com deficiência e/ou com outras necessidades específicas.

Diante dos diversos perfis e atribuições que são delegadas aos profissionais de apoio escolar, no estudo intitulado “Mediação Escolar: a visão dos mediadores escolares sobre o seu papel na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais”, Siqueira (2017) identificou duas vertentes de atuação dos profissionais de apoio, sendo a primeira inserida em uma dimensão pedagógica e a segunda relacionada a questões de ordem social, relacionada com a autonomia, cuidado e interação social no espaço escolar. Essa constatação remete a discussão e a necessidade, já apontada em outros estudos, acerca da ampliação da rede de apoio à inclusão escolar, sem sobrepor uma função a outra, mas destacando as atribuições e importância de cada um na operacionalização da política de inclusão escolar, como é assinalado no estudo de Lopes (2018).

O estudo de Carvalho (2016), intitulado “Atuação profissional do agente de inclusão escolar: um estudo sobre os sentidos e significados constituídos por um deles”, narra a trajetória profissional e de vida de um PAE no Estado de São Paulo. Carvalho (2016) destaca que, mesmo a atuação dos profissionais de apoio estando relacionada a dimensão social (higiene, alimentação e locomoção), as atividades exercidas são alteradas quando se materializam no cotidiano escolar, uma vez que, as atribuições previstas do PAE estão em constante processo de transformação frente às demandas que vão surgindo no espaço escolar.

Diante desse cenário de perfis e atribuições distintas, constatado nos estudos de Santos (2020), Ribeiro (2020), Aguillar (2019), Silva (2019), Burchert (2018), Lopes (2018), Portalette (2017), Siqueira (2017), Fonseca (2016) e Carvalho (2016), reiteramos para a necessidade de



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

(re)adequação da legislação em vigor, devendo ela contemplar outros modelos de suporte e apoios à inclusão escolar como por exemplo, o ensino colaborativo e a bidocência. Como já foi sinalizado, a falta de profissional, para atuar na dimensão pedagógica colaborativa com o professor da sala de aula comum, tem levado o profissional de apoio escolar a exercer atribuições que extrapolam o que está previsto na legislação sobre sua atuação profissional.

5. Desafios no exercício do apoio escolar

Apesar da produção científica evidenciar a importância do profissional de apoio escolar no processo de inclusão educacional da pessoa com deficiência, a atuação desse profissional no cenário educacional é relativamente recente e marcada por ambiguidades conceituais no campo jurídico-normativo, refletindo em perfis e atribuições diversas no espaço escolar. Assim sendo, o PAE tem encontrado muitos desafios no exercício da profissão. O Quadro 3 a seguir sintetiza, com base na produção científica sobre o tema, os desafios dos profissionais de apoio escolar nos diferentes estados do Brasil.

QUADRO 3: Desafios no exercício do apoio escolar, abordados em teses e dissertações produzidas no Brasil no período de 2008 a 2020 por estados brasileiros

Nº	ESTADO	DESAFIOS
1	MG	Poucas orientações ao chegarem na escola; Entrada em sala de aula de maneira abrupta; Sentimento de despreparo; Sentimento de impotência e de frustração para conseguirem estabelecer laços com os alunos. (Santos,2020).
2	RJ	Falta de definição e compreensão pedagógica da função; Incompreensão da função; Entendimento de ser ‘babá’ do aluno; Professores não ajudam em nenhuma circunstâncias com alunos, inclusive no processo de aprendizagem; Distanciamento do corpo docente; Ausência de participação em planejamentos; sem acesso ao planejamento dos professores; Sem Formação Continuada. Etc. (Ribeiro,2020).
3	MS	Ausência de uma legislação adequada; Falta de qualificação de profissionais. (Aguillar,2019).
4	MG	Relação com o professor regente; Responsabilização pela aprendizagem dos alunos; não saberem, de fato, a função que devem executar; Desvalorização e sobrecarga de funções. (Silva,2019).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

5	RS	Falta de formação; Atendimento a mais de um aluno como fator desfavorável (Burchert, 2018).
6	BA e SP	Demanda de solicitação do PAIE de forma inadequada; Ausência de profissional com formação específica para dar suporte; Dependência do aluno da presença do profissional; Função não normatizada e com legislação vaga; Falta de compreensão da função; Omissão do trabalho de outros profissionais; Alta rotatividade; Necessidade de modificar a nomenclatura e função; Dificuldade em lidar com as características dos alunos (comunicação e comportamentos); Desvalorização: falta de reconhecimento do trabalho e de engajamento com a equipe escolar; Condições de trabalho precárias: ausência de formação, salário baixo, muitos alunos e poucos profissionais; Estrutura física inadequada (acessibilidade para acolher os alunos); Descaso das pessoas (exclusão dentro da própria escola, insensibilidade e desrespeito); Relação e interação com a família; Visão de que o PAIE é o responsável único por tudo do aluno; Criar estratégias de ensino para os alunos. (Lopes, 2018).
7	RS	Falta de formação que forneça subsídios para atuar com os alunos público-alvo da educação especial. (Portalette, 2017).
8	RJ	Relação escola/mediador; Valorização profissional; Relação família/mediador; Ausência de formação especializada; Desconhecimento da função do mediador escolar. (Siqueira, 2017).
9	RS	Não participação no planejamento de ensino; desvio de função. (Fonseca, 2016).
10	SP	Legislação vaga; Falta de parceria com outros profissionais que atuam na escola. (Carvalho, 2016).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para Gomes (2014) a figura do profissional de apoio escolar surge a partir da demanda do público-alvo da educação especial, sendo sua função facilitar o processo de aprendizagem, numa perspectiva de mediação entre o aluno com suas necessidades específicas, o professor na sala de aula regular em sua ação grupal e os colegas da classe. A chegada desses profissionais no ambiente escolar é marcada por desafios, percebidos em diversos Estados do Brasil conforme o Quadro 3.

O primeiro obstáculo foi reconhecer a necessidade da presença do mediador ou facilitador como um grande aliado nesse processo e discutir o papel dessa figura no ambiente escolar, sua intenção e manutenção na estrutura existente, bem como a reação de pais e alunos regulares, de docentes e funcionários em geral, mostrando ser possível uma inclusão com ganhos para todos (Gomes, 2014, p. 26).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) Atribuição 4.0 Internacional.

O reconhecimento da necessidade da presença do PAE e de outros profissionais para compor uma rede de apoio na operacionalização da política de inclusão sempre foi um desafio para o poder público. Esse impasse está presente também na falta de estratégia intersetorial que poderia contribuir em ações planejadas de garantia de equidade de direitos, conforme é ressaltado por Bendinelli, Andrade, Prieto (2012), ao tratar sobre as redes de apoio e a política de inclusão no município de São Paulo.

Essas dificuldades do Estado brasileiro, em reconhecer a necessidade do profissional de apoio escolar e a falta de ações intersetoriais de acesso às políticas públicas pelo público-alvo da educação especial (PAEE), tem se sustentado com base numa lógica de precarização do sistema de educação e na falta de investimento público e fortalecimento dos sistemas educacionais para oferta de ensino de qualidade para todos. Os desafios encontrados no exercício do apoio escolar e sistematizados no Quadro 3, estão intrinsecamente relacionados à lógica das ideias neoliberais que têm se aproximado fortemente do Brasil a partir do final do século XX. Nessa perspectiva, Oliveira (1997) no texto intitulado “a nova qualificação do trabalhador no velho discurso da qualidade da educação”, destaca que,

Se percebemos modificações nos aspectos referentes aos ideais educacionais, não são menos evidentes as mudanças que se dão no campo das políticas públicas e do perfil defendido para o Estado moderno. Presencia-se, hoje, uma forte tendência para a diminuição do poder de intervenção do Estado em ações ligadas às áreas sociais, particularmente na área da educação. Hoje, mais do que nunca, percebe-se um aumento da pressão dos setores empresariais para que a educação deixe de ser um direito público e passe a ser tratada como qualquer outro bem de consumo (Oliveira, 1997, p. 106).

Diz ainda que,

[...] reconhecer que os problemas da educação não são de origem só metodológica ou técnica, mas também sofrem interferências diretas de elementos oriundos da estrutura sócio-econômica brasileira, entendemos que se faz necessário um aprofundamento dessa temática, procurando perceber até que ponto as ideias proferidas por esse paradigma para a educação representam intenções reais de modificação da escola [...] (Oliveira, 1997, p. 108).

Nesse sentido, compreender os processos de disputas e tensionamentos no campo educacional e os elementos que compõem a intensificação da precarização do trabalho, ajuda a



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

entender os desafios e práticas dos profissionais que compõem a rede de apoio à inclusão escolar. A falta de formação e orientação para o trabalho, além do incipiente respaldo normativo-jurídico, tem se apresentado como ponto central das dificuldades no campo de atuação do PAE, uma vez que, a carência desses elementos no processo tem contribuído para o desconhecimento das atribuições e intensificação do trabalho realizado no espaço escolar.

A partir da sistematização do Quadro 3 é possível ainda perceber a necessidade de outros profissionais para compor a rede de apoio à inclusão escolar ou/e de reestruturação do modelo único de inclusão, através da sala de recursos multifuncionais e do atendimento educacional especializado como garantia do direito ao acesso, permanência e aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial. Sobre essa questão Mendes (2017), afirma que,

[...] a política de Educação Especial requer revisão no conceito de AEE, de modo a sair de uma visão simplista de uma proposta de serviço de apoio tamanho único (extraclasse, contraturno e de curta duração) para um conjunto de apoios diversificados necessários para responder às diferentes demandas da escolarização de alunos PAEE nas escolas comuns (Mendes, 2017, p. 81).

A ausência de outros profissionais, como por exemplo, do professor de apoio, que pode atuar numa perspectiva de bidocência, e do professor de ensino itinerante e colaborativo, que são outros caminhos para a inclusão educacional, tem contribuído para a sobrecarga dos profissionais de apoio escolar (PAE), levando-os a assumirem outras atribuições, principalmente relacionadas ao ensino, planejamento, adaptação e avaliação dos alunos que atendem. Pimentel, Paz e Pinheiro (2008) destacam que,

[...] a responsabilidade por viabilizar o processo de inclusão de pessoas com deficiência na escola regular está posta, quase que exclusivamente, para o professor. Não há garantia de suporte especializado para que ocorra sucesso no processo de inclusão. Isso sobrecarrega o professor que acaba se posicionando contrário, por perceber que isso só vai lhe ocasionar mais responsabilidade, além das atribuições que lhe são peculiares. Além de se responsabilizar, quase que sozinho, pelo processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais na escola regular, o professor que recebe tais alunos também não é beneficiado com apoio diferenciado e/ou específico [...] com relação à orientação metodológica, a adaptações curriculares necessárias, a formação de grupos de estudos para entender as especificidades das deficiências atendidas pela escola ou a redução do número de alunos nas turmas onde há alunos com deficiência matriculados [...] (Pimentel, Paz, Pinheiro, 2008, p. 17).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Para Mendes (2017, p. 81), todo esse arranjo organizacional “[...] é fruto da falta de investimento, de profissionalização e de melhores condições de trabalho para as pessoas que atuam nesses espaços”, fruto da lógica neoliberal sobre a educação que defende a intervenção mínima do Estado na equiparação de direitos sociais.

A ênfase atual na educação está na busca pela excelência nas escolas, gastando o mínimo possível, e tanto o aumento nas exigências e padrões de desempenho quanto às despesas, consideradas adicionais, para atender às necessidades do público-alvo da Educação Especial, complicam esse cenário porque impactam o financiamento da educação e questionam a função da escola pretendida pelos reformadores. (Mendes, 2017, p. 82).

Podemos constatar a afirmação de Mendes (2017) quando analisamos a forma de contratação dos profissionais de apoio escolar que compõe a rede de apoio para a educação especial, sendo que, conforme os estudos de Mousinho (et al, 2010); Lopes (2018); Alecrim (2020); Gomes (2014) esses profissionais são contratados na condição de estagiários, não tendo um vínculo permanente com a rede de ensino, provocando uma alta rotatividade de profissionais nas escolas. Vasconcellos e Dutra (2018, p. 5) acrescentam ainda que,

[...] algumas escolas iniciaram a contratação de estagiários para exercerem a função de mediador escolar, entretanto em algumas escolas esses profissionais não ficam apenas com uma criança, são considerados “mediadores volantes”, pois observam e intervêm no desenvolvimento de diversas crianças incluídas, ficando cerca de 30 minutos à uma hora com cada uma.

Essas condições precárias para atuação profissional também são percebidas por Cunha et al (2012) ao tratarem sobre a realidade do Rio de Janeiro.

[...] o que vem acontecendo no município do Rio de Janeiro é a contratação de estudantes sem uma preparação adequada para ocupar uma função de tamanha importância como a mediação de alunos com deficiências incluídos em turmas comuns. As escolas se vêm [sic] na obrigação de receber todos os alunos, mas não parecem preparadas para garantir um processo inclusivo que vá além da simples presença em sala de aula. Por isso buscam, através dos estagiários, um trabalho que promova uma maior participação e um melhor aprendizado para os alunos. Esses graduandos são contratados sem qualquer requisito, com a única condição de estarem matriculados em uma das universidades conveniadas com a prefeitura, públicas e particulares, e podendo estar inscrito em qualquer curso superior, independente do período (Cunha, et al., 2012, p. 05).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) Atribuição 4.0 Internacional.

A realidade encontrada por Cunha (2012) no Rio de Janeiro, se aproxima das características encontradas em outros estados citados no presente estudo, ao demandar as atividades relativas à função de profissional de apoio escolar a estudantes de graduação na condição de estagiários, acarretando diversas questões relacionadas a permanência desse profissional na escola bem como seu desempenho da função. Sobre essa questão, Lopes (2018) afirma que,

[...] existiam alguns prejuízos de ordem burocrática e financeira para o município, além dos prejuízos para os alunos, sendo eles: a troca frequente de profissionais, o que prejudicava a continuidade do trabalho; o desperdício de dinheiro investido nos profissionais com as formações oferecidas para que em pouco tempo fossem desligados; gastos feitos com a realização de processos seletivos e a interrupção do trabalho realizado com o aluno que implicava em mudanças relacionadas ao perfil do profissional (Lopes, 2018, p. 85).

Dessa forma, faz-se necessário o reconhecimento da importância das atribuições dos profissionais de apoio escolar, bem como a ampliação e fortalecimento das redes de apoio na escola, garantindo na legislação, tanto na esfera Municipal, Estadual e Federal, possibilidades de apoios diversificados para a operacionalização da política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva, conforme já assinalado por Mendes (2017).

6. Considerações Finais

É possível identificar no contexto das políticas educacionais do Brasil, respaldo legal para atuação de diferentes profissionais, sendo um deles o que denominamos neste trabalho como profissional de apoio escolar/mediador, embora, tanto na legislação, quanto na literatura, sejam apresentadas diferentes nomenclaturas para designar a mesma função. Esse contexto ambíguo e polissêmico, presente na legislação brasileira, tem refletido na diversidade de perfis e atribuições designadas a esse profissional nas diferentes regiões do Brasil, contribuindo para a precarização e barateamento da força de trabalho desse profissional.

Partindo dessa constatação na legislação, a revisão da literatura realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES apontou que não há um entendimento jurídico-normativo consistente para respaldar o perfil acadêmico e de atuação para os Profissionais de apoio escolar/mediador, contribuindo para que haja entendimentos e encaminhamentos distintos nos



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

diferentes Estados brasileiros sobre essa questão. Diante da análise realizada, constata-se que a exigência mínima para o exercício da função de profissional de apoio escolar em alguns Estados brasileiros é o Ensino Médio completo. No entanto, percebe-se que há uma predominância de contratação de professores com formação em nível médio (magistério) e de estudantes de graduação, mais especificamente das Licenciaturas, para o exercício dessa função.

A revisão sistemática apontou ainda que diante da carência de direcionamento nas políticas educacionais em nível nacional, os Estados e municípios brasileiros estabeleceram suas próprias normativas e critérios de atuação e de formação para o exercício da função dos Profissionais de apoio escolar/mediador, tendo como predominância as atribuições ligadas às categorias de apoio à locomoção, higiene e alimentação, atribuições essas que estão previstas na legislação existente.

No entanto, identificamos, outras atribuições delegadas a este profissional que são atividade de cunho pedagógico (desenvolvimento de recursos e materiais adaptados, adaptação de atividades, avaliação e metodologias de ensino), e que sobrepõe a atuação de outros profissionais que compõe a rede de apoio para a inclusão escolar, como por exemplo do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e do professor de apoio.

Assim, nota-se que a falta desses outros profissionais para compor também as redes de apoio para a inclusão escolar, contribui para a intensificação do trabalho dos profissionais de apoio escolar, levando-os a assumir outras atribuições, principalmente relacionadas ao ensino, planejamento, adaptação de atividades dos alunos que atendem.

Referências

AGUILLAR, Luciane Clementino Pereira. **Formação do profissional de apoio educacional para o atendimento de crianças com autismo no ensino regular**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, 2019.

ALECRIM, Edinei Messias. **Cuidador escolar: O profissional de apoio à inclusão na escola/ Edinei Messias Alecrim**. 1. Ed. – Barro Alto, BA: ed. do Autor, 2020.

BENDINELLI, Raquel Cristina; PRIETO, Rodrigo Gomes; ANDRADE, Sérgio Gomes. Inclusão escolar, redes de apoio e políticas sociais. *Revista Educação Especial*, v. 25, n. 42, p. 13–27, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X4058>. Acesso em: 07 set. 2022.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) Atribuição 4.0 Internacional.

BENDINELLI, Rosanna Claudia. **Redes de apoio e a política de inclusão no município de São Paulo**. 2012. 223f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

BURCHERT, Amanda. **O profissional de apoio no processo de inclusão de aluno público-alvo da educação especial no ensino público fundamental**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas, 2018, 118 f.

CARVALHO, Maria Cristina Nunes. Professores de apoio educativo: mediadores? Como? Quando? **Dissertação** (Mestrado em Ciências da Educação). Universidade de Lisboa, 2009.

CARVALHO, Ana Maria Ferreira. Atuação profissional do agente de inclusão escolar: um estudo sobre os sentidos e significados constituídos por um deles. 128 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

CUNHA, Nathália Moreira da et al. **O perfil e a formação do estagiário mediador para suporte da educação inclusiva**. In: **Congresso Brasileiro de Educação Especial**, 5., 2012, São Carlos. **Anais...** São Carlos: UFSCar, 2012. Modalidade Educação Especial. Brasília, 2012.

FONSECA, Bianca. **Mediação Escolar e autismo: a prática pedagógica intermediada na sala de aula**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

FONSECA, Manoela da. **Das políticas públicas de inclusão escolar à atuação do profissional de apoio/monitor**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2016.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. 162 p. (Pesquisa em Educação).

GOMES, Marise Miranda. **O orientador educacional, o mediador escolar e a inclusão: um caminho em construção**. Rio de Janeiro. Wak Editora, 2014.

LEAL, Ideilton Alves Freire. FREIRE Tayná de Santana Leal, VIEIRA, André Ricardo Lucas. **Inclusão educacional de pessoas com deficiência e a mediação escolar: o perfil e a formação dos profissionais de apoio que atuam na rede municipal de Jacobina-Ba**. **Anais IV CINTEDI...** Campina Grande: Realize Editora, 2020.

LOPES, Mariana Moraes. **Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar**. 169f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de São Carlos, Campus São Carlos, 2018.

MARTINS, Silvia Maria. O profissional de apoio na rede regular de ensino: a precarização do trabalho com os alunos da Educação Especial. 168 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) — Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

MEDINA, Eugenia Ubaldo; PAILAQUILÉN, René Manuel Bravo. A revisão sistemática e a sua relação com a prática baseada na evidência em saúde. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, [Internet]. jul-ago 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/PdJfcM7BSbTYMTkzjxKnt3G/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2023.

MENDES, Eniceia Gomes. Sobre alunos “incluídos” ou “da inclusão”: reflexões sobre o conceito de inclusão escolar. In: VICTOR, Selma L.; VIEIRA, Ana Beatriz; OLIVEIRA, Iolanda M. (Eds.). **Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas**. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2017. p. 60-83.

MOUSINHO, Renata; SCHMID, Evelin Cristina; MESQUITA, Fernanda; PEREIRA, Juliana; MENDES, Luciana; SHOLL, Renata; NÓBREGA, Vanessa. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. *Revista Psicopedagogia*, v. 27, n. 82, p. 92-108, 2010.

OLIVEIRA, Ramon. A nova qualificação do trabalhador no velho discurso da qualidade da educação. *Tópicos Educacionais*, Recife, v. 15, n. 1/3, p. 105-124, 1997.

PINHEIRO, Ana Paula Rocha; PIMENTEL, Susana Couto; PAZ, Livia Menezes da. As necessidades educacionais especiais no Vale do Jiquiriçá: perfil e atendimento na perspectiva inclusiva. *Ciências Humanas – Educação*. Amargosa: [s.n.], 2008.

PORTALETTE, Vania Fernanda Gulart. **Profissional de apoio: práticas colaborativas com ênfase inclusiva no espaço escolar**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão Educacional) Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2019.

RIBEIRO, Carolina Carvão. **Mediação escolar e a regulamentação da profissão no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Gestão do Trabalho para a Qualidade do Ambiente Construído) Universidade Santa Úrsula, Rio de Janeiro, 2020.

SANTOS, Felicia Maria Pereira dos. **Mediadores escolares em formação no contexto inclusivo: da busca por conhecimento à constituição de saberes**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais. 2020.

SCHIAVON, S. H. **Aplicação da revisão sistemática nas pesquisas sobre formação de professores: uma discussão metodológica**. 2015. 95 f. 149 Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2015.

SILVA, Flávia Junqueira da. **O professor de apoio: reflexões e desdobramento das políticas de inclusão na educação especial**. (org) Flávia Junqueira da Silva; Lázara Cristina da Silva. 1. Ed. - Curitiba: Appris, 2019.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) Atribuição 4.0 Internacional.

SILVA, Tatiane Salles da. **Estudo sobre a formação e a atuação dos profissionais de apoio escolar na educação infantil no município de Santa Luzia**. Dissertação (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais. 2019.

SIQUEIRA, Carla Fernanda Oliveira. **Mediação Escolar**: a visão dos mediadores escolares sobre o seu papel na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, 2017. 88f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

VASCONCELLOS, Isabela Meirelles Martins; DUTRA, Flávia Barbosa da Silva. O papel do mediador escolar na inclusão de crianças com transtorno do espectro autista na educação infantil. Anais do V CEDUCE... Campina Grande: **Realize Editora**, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/42646>. Acesso em: 26 abr. 2023.

Recebido em maio de 2024.

Aprovado em outubro de 2024.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.